

RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.397 - PR (2019/0041161-6)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : LEVINO JOSÉ SPERAFICO
ADVOGADO : ESTEVAO RUCHINSKI - PR025069A
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : ROSANGELA DA ROSA CORREA - PR034524

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. JUROS DE MORA. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

LEVINO JOSÉ SPERAFICO (LEVINO) promoveu cumprimento de sentença contra BANCO BRADESCO S.A. (BANCO).

O Juízo de primeira instância determinou que LEVINO esclarecesse os termos inicial e final utilizados para incidência dos juros de mora, facultando a ele apresentar novo cálculo aplicando os juros a partir da citação até a data da transferência de valores via BACENJUD.

Interposto agravo de instrumento por LEVINO, o Tribunal Paranaense negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 57):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. DECISÃO QUE SOLICITOU ESCLARECIMENTOS ACERCA DO CÔMPUTO DOS JUROS DE MORA. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE. PRECEDENTES.

“Os juros de mora constituem matéria de ordem pública, de modo que aplicar, alterar ou modificar seu termo inicial, de ofício, não configura julgamento extra petita nem reformatio in pejus quando já inaugurada a competência desta Corte Superior” (AgRg no REsp 1415714/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe

Superior Tribunal de Justiça

15/03/2016).

AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos por LEVINO foram rejeitados (e-STJ, fls. 93/100).

Inconformado, LEVINO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 505, 507 e 1.022 do NCPC, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissa e obscuro; e (2) ainda que se trate de matéria de ordem pública, é vedado ao juiz reapreciar questões já decididas nos autos, tendo se operado a preclusão acerca dos cálculos apresentados por LEVINO.

BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 128/137).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TJPR admitiu o apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da negativa de prestação jurisdicional

Verifica-se a deficiência na fundamentação do recurso especial com relação a alegada ofensa ao art. 1.022 do NCPC, haja vista que LEVINO não demonstrou especificamente qual o ponto omissa, obscuro ou contraditório do acórdão recorrido, tendo formulado apenas alegações genéricas.

Com efeito, cabia a LEVINO explicitar, de forma clara, precisa e fundamentada, como e em que medida o acórdão recorrido teria afrontado os referidos dispositivos legais, o que não ocorreu, revelando a deficiência na fundamentação do recurso especial, no ponto.

Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial, porquanto não permite a exata compreensão da controvérsia, incidindo, pois, à espécie, o óbice da Sumula nº 284 do STF, *verbis*: É

Superior Tribunal de Justiça

inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

A propósito, os seguintes julgados desta eg. Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SÚMULA N. 410 DO STJ. NÃO CONHECIMENTO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. SÚMULA N. 284 DO STF. ART. 475-C, II, DO CPC/1973. FORMA DE LIQUIDAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. ART. 412 DO CPC/1973. NÃO IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARTS. 461, § 4º, 461-A E 632 DO CPC/1973. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO. ART. 645 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS.

1. É inviável o conhecimento do apelo especial em relação à alegação de ofensa a súmula, tendo em vista que tal enunciado não tem a natureza de lei federal, não podendo, portanto, ser objeto de discussão em recurso especial.

2. Atrai a incidência do óbice previsto na Súmula n. 284 do STF a alegação de que o art. 535 do CPC foi violado desacompanhada de argumento que demonstre efetivamente em que ponto o acórdão embargado permaneceu omissos.

3. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ quando o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

4. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.

5. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

6. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes tratam de situações fáticas diversas.

7. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp nº 1.540.980/RR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, julgado aos 2/6/2016, DJe de 9/6/2016, sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. [...]. AGRAVO IMPROVIDO. [...]

2. Em relação à negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que a parte ora recorrente se limitou a defender genericamente a ocorrência de violação do artigo 535 do CPC/1973, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ.

[...]

7. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp nº 1.200.579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe de 18/4/2018, sem destaque no original).

VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC DE 2015. SÚMULA 284 DO STF. [...]. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A alegada violação ao art. 1.022 do CPC de 2015 é genérica, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.129.996/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 1º/12/2017, sem destaque no original).

(2) Da preclusão

Primeiramente, embora LEVINO tenha afirmado que a questão relativa aos juros de mora já fora decidida nos autos, não houve manifestação do TJPR acerca da existência de prévia decisão acerca do tema, o que revela a ausência de prequestionamento, sendo inviável o reconhecimento do prequestionamento ficto diante da deficiente fundamentação do recurso especial quanto ao art. 1.022 do NCPC.

O Tribunal Paranaense concluiu que a incidência de juros moratórios, enquanto matéria de ordem pública, não estaria submetida aos efeitos da preclusão, estando autorizado o magistrado

a determinar que a parte autora apresente esclarecimentos acerca da matéria, sendo possível, até mesmo, encaminhar o feito ao contador judicial para verificar se os cálculos se deram de maneira correta, conforme o contido no art. 524, §2º, do Código de Processo Civil (e-STJ, fl. 61).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse aspecto, o acórdão recorrido alinhou-se ao entendimento do STJ no sentido de que não há preclusão quanto aos juros de mora, por se tratar de matéria de ordem pública, cognoscível de ofício. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS MORATÓRIOS. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. CRITÉRIO DA BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS. DECAIMENTO DOS PEDIDOS. OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DO ART. 20, CAPUT E §§ 3º E 4º, DO CPC/1973, CONFORME SUCUMBÊNCIA EXPERIMENTADA. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, em regra, não ocorre preclusão na análise de matéria de ordem pública pelas instâncias ordinárias, como no caso dos juros de mora e da correção monetária. Precedentes.

2. É assente no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, em caso de rescisão do contrato de compromisso de compra e venda de imóvel por desistência dos adquirentes, na qual os promitentes compradores pretendem a restituição das parcelas pagas de maneira diversa da cláusula penal pactuada, o termo inicial dos juros moratórios é o trânsito em julgado da decisão condenatória. Precedentes.

3. Os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser arbitrados com base no decaimento das partes, devendo ser observado o art. 20, § 4º, do CPC/1973 em caso de sentença de improcedência proferida durante a vigência do código revogado. Precedentes.

4. Agravo interno parcialmente provido. Agravo em recurso especial conhecido, para dar provimento ao recurso especial.

(AgInt no REsp 1.780.870/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. em 20/08/2019, DJe 09/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEPÓSITO JUDICIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. OMISSÃO QUANTO AO VALOR DA DEDUÇÃO, TERMO INICIAL E FINAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS E TAXA DE JUROS MORATÓRIOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. É certo que o julgador não precisa responder a todas as

Superior Tribunal de Justiça

alegações das partes. Todavia, deve se pronunciar sobre temas essenciais ao deslinde da controvérsia, tais como os que dizem respeito aos pressupostos de cabimento da medida recursal adotada e às matérias de ordem pública, indicando as razões que lhe formaram a convicção.

2. Consoante a firme orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a correção monetária e os juros de mora incidem sobre o objeto da condenação judicial e não se prendem a pedido feito em primeira instância ou a recurso voluntário dirigido ao Tribunal de origem. Por se tratar de matéria de ordem pública, cognoscível até mesmo de ofício, não está sujeita à preclusão, salvo na hipótese de já ter sido objeto de decisão anterior. Precedentes.

3. A questão de ordem pública e, como tal, cognoscível de ofício pelas instâncias ordinárias, é matéria que pode ali ser veiculada pela parte em embargos de declaração, ainda que após a interposição de seu recurso de agravo de instrumento, tal como se deu na hipótese.

4. Enquanto não instaurada esta instância especial, a questão afeta aos juros moratórios, em todos os seus contornos, não se submete à preclusão, tampouco se limita à extensão da matéria devolvida em agravo de instrumento.

5. No caso, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a alegação, deduzida pelo Banco em embargos de declaração, sobre o termo inicial e final dos juros moratórios, justificando-se, portanto, o reconhecimento de ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 937.652/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 26/08/2019, DJe 30/08/2019)

Dessarte, não merece reforma o acórdão recorrido.

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator